



Gênero e famílias monoparentais: uma leitura a partir da história oral no Paraná

Gender and single parent families: a Reading through oral history in Parana

*Luciana Rosar Fornazari Klanovicz*¹
*Jessyka Lopes Rickli*²

RESUMO

Discutimos famílias monoparentais chefiadas por mulheres como fenômeno historicamente construído a partir de histórias orais com 12 mulheres no Paraná. Localizamos os relatos no caminho entre a macro esfera do que se pensa dessas famílias no espaço público e como elas vivenciam sua realidade no espaço privado. As mulheres/mães em famílias monoparentais vivenciam desafios na maternidade, apesar de momentos de satisfação e afeto.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de Gênero. Mulheres. História. Oralidade.

ABSTRACT

We discuss single-parent families headed by women as a historical event through oral histories with 12 women in Parana. We consider reports in the path between the macro sphere of thoughts about single parent families and the life histories and private space. Women/mothers in single-parent families talk histories about challenges in motherhood, despite moments of satisfaction and affection.

KEYWORDS: Gender Relationships. Women. History. Orality.

* * *

Introdução

Este artigo discute famílias monoparentais chefiadas por mulheres como fenômeno familiar construído a partir de histórias orais de vida de 12

¹ Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Guarapuava, Paraná. Docente no Programa de Pós-graduação em História (Universidade do Estado de Santa Catarina, Udesc) e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Comunitário (Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro, Paraná). Docente do Departamento de História da Unicentro, Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: lucianarfk@unicentro.br

² Psicóloga. Mestra em Desenvolvimento Comunitário (Unicentro). Prefeitura Municipal de Turvo, Paraná, Brasil. E-mail: ricklijessyka@gmail.com

mulheres no interior do Paraná (Quadro 1). No Brasil, a presença de famílias monoparentais é crescente e mostra que, frente aos padrões idealizados de família burguesa, há vários outros que refletem profundas mudanças socioculturais e econômicas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, de 2000 a 2010, o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres aumentou de 15,2% para 16,1% em relação ao total de famílias no país. Mostra, também, que do total de famílias monoparentais, 87,4% são chefiadas por mulheres, que acumulam inúmeras funções dentro do lar (CÚNICO; ARPINI, 2016).

Quando deslocamos o olhar para uma região como o centro-oeste do Paraná, onde as vivências foram relatadas, a realidade de famílias monoparentais chefiadas por mulheres não é diferente do que vê em nível nacional. O que chama atenção é a intensidade dos relatos, no encontro já apontado por historiadores como Alessandro Portelli (2001), entre histórias prestes a serem contadas, que querem e precisam se fazer ouvir, com a oportunidade de sistematizar essas vivências, nos inúmeros lugares do não dito entre raça, classe e gênero.

De acordo com Portelli (2001), a história oral apresenta uma maneira única de discurso, em que história é a evocação de uma narrativa do passado, enquanto a oral apresenta a forma de expressão. Sendo assim, um processo dialógico, a partir da narrativa do entrevistado, mediado pela relação com o pesquisador. As narrativas trazidas durante uma entrevista da história oral, geralmente, nunca foram contadas daquela forma anteriormente, pois “a estória de uma vida como uma completa e coerente narrativa oral não existe na natureza, ela é um produto sintético da ciência social” (PORTELLI, 2001, p. 11). A história oral apresenta um lugar de relevância pois os depoimentos contribuem para alterar, modificar e trazer à tona vivências de atores excluídos, contribuindo para uma ampliação da história, ou seja, mostrar a história do cotidiano e da vida privada à história local e enraizada (ARIAS NETO, 2010).

Buscamos localizar os relatos de mulheres que chefiam famílias monoparentais no Paraná no caminho de mão dupla entre a macro esfera do que se pensa dessas famílias no espaço público e como elas experienciam suas vidas no espaço privado.

Na maioria das famílias monoparentais, os papéis multifacetados das mulheres que as chefiam permitem que destinemos atenção para o gênero como categoria de análise sobre as nuances que ocorreram ao longo da história e a necessidade de olhar essas constituições a partir do gênero (SCOTT, 1989, p. 21) nas esferas pública e privada. Segundo Aboim (2012), na perspectiva de gênero, a esfera pública é vista como espaço da cidadania e de sociabilidade e o espaço privado é um lugar de intimidade e desigualdade. A separação entre público e privado tem sua intensificação no século XIX, principalmente nas camadas burguesas, objetivando separar homens e mulheres a partir de funções sociais. Assim, o espaço privado foi destinado às mulheres para o desempenho de cuidados e afetos maternos, enquanto o público, da produção, exercício da cidadania e da política, ficou direcionado aos homens (ABOIM, 2012). Ligada ao espaço doméstico, a partir da concepção burguesa de lar, distante das preocupações sociais, da política, do trabalho remunerado, das guerras, a função das mulheres ficou restrita aos cuidados da casa e dos filhos (HALL, 2003).

É diante da construção das diferenças de gênero e da separação das esferas pública e privada que as mulheres foram sendo direcionadas cada vez mais ao exercício da maternidade (BADINTER, 1985) como funções do cuidado, da boa educação, do amor incondicional e outras atribuições (LAQUEUR 2001; MATTAR; DINIZ, 2012; ZANELLO, 2018).

Para dar visibilidade às vivências de chefas de família monoparentais, percebendo como são constituídos os reflexos e ligações entre o macrofenômeno e sua realidade local, 12 mulheres colaboraram com a pesquisa, consentindo em falar sobre suas vivências. Por meio de uma abordagem interdisciplinar que aproximou história oral de círculos de relacionamento, no campo da psicologia, fomos constituindo cadeias de

referência para alcançar um público que é difícil de ser acessado, como é o caso de populações estigmatizadas. Nesse sentido, nos apropriamos da técnica probabilística de ‘bola de neve’ com vistas a constituir essa rede de relatos (VINUTO, 2014).

No universo de colaboradoras possíveis, excluimos mulheres menores e 18 anos e com mais de 50 anos e mulheres rurais. As meninas com menos de 18 anos foram excluídas diante das particularidades a serem consideradas em pesquisas com adolescentes. A exclusão de mulheres com mais de 50 anos reside no fato de que muitas já não estão mais com filhos na residência.

Quadro 1 – Conjunto de colaboradoras da pesquisa.

Pseudônimo	Idade	Cidade	Raça	Profissão	No./Idade filhos/as	Renda (R\$)	Residentes
Margarida	30	P	B	Enfermeira	1/13	5.000,00	2
Azaleia	34	G	B	Assistente Social	1/3	4.500,00	2
Jasmim	36	M	B	Psicóloga	1/5	4.500,00	2
Orquídea	36	G	N	Vendedora	2/10 e 11	1.250,00	3
Rosa	22	P	N	Diarista	1/2	200,00	2
Hortência	42	M	N	Diarista	2/24 e 8	700,00	2
Begônia	26	M	B	Estudante	2/8 e 6	1.500,00	6
Calêndula	46	P	B	Zeladora	1/18	1.200,00	4
Camélia	35	G	B	Operadora de telemarketing	4/18, 14, 10 e 8	1.600,00	5
Amarílis	44	M	B	Contadora/ Professora	1/10	4.000,00	2
Gerbera	36	P	N	Coletora de Erva	5/17, 14, 10, 5 e 2	700,00	8
Iris	26	G	B	Artesã/Bolsista	1/4	1.600,00	2

Fonte: Própria (2022). Nota: Na coluna Cidade, P para pequena, M para média e G para grande; Na coluna Raça, B para branca, N para negra.

1 Famílias e seus padrões, entre Europa e Brasil

Nas sociedades que se ligam aos processos de imposição das noções de família europeias, a família ‘tradicional’ foi sendo constituída até o século XVIII, com base em funções específicas como transmissão do patrimônio, onde casamentos eram arranjados e tinham como lógica uma ordem imutável de mundo, submetidos a uma estrutura patriarcal

(ROUDINESCO, 2003). De meado do século XVIII a meado do século XX, a família ‘moderna’ veio a ser constituída sob a lógica afetiva, fundada no amor romântico, nos desejos carnavais, mas ainda valorizando a divisão do trabalho entre sexos, com homens responsáveis por prover as necessidades da família, e mulheres os cuidados da casa e dos filhos. A maternidade foi reforçada como destino biológico e social das mulheres (ROUDINESCO, 2003).

Entre os deslocamentos da noção de família, Catherine Hall (2003) aponta que, na Inglaterra, a própria família do rei Jorge IV não conseguiu a obediência e o respeito de súditos sem uma base familiar sólida e que, depois de 1920, “ficou evidente que, para ser popular, o monarca teria de ser um homem do lar. O casamento e a família estavam na moda” (HALL, 2003, p. 55). Entre os séculos XVIII e XX, de acordo com Perrot (2005), a família vai sendo incorporada como a base para o desenvolvimento da sociedade, tornando-se uma forma de regulação eficaz, seguindo pela fronteira entre público e privado.

Hall (2003) aponta que um dos determinantes para a instituição familiar no século XVIII foi o papel do evangelismo, pois a família era considerada o alicerce da vida cristã. Sendo a sociedade vista pelos evangélicos como um espaço de pecado e orgulho, cristãos deviam afastar-se das “tentações da vida terrena” e o espaço do lar. Nesse sentido, era visto como um refúgio, protegido das tentações mundanas e lugar destinado às mulheres. Se antes do século XVIII mulheres de diferentes classes sociais na Europa ainda puderam exercer certas funções públicas, as burguesas podiam frequentar alguns espaços graças aos sobrenomes ou a negócios da família porque estavam colados à residência. O papel delas vai sendo limitado na medida em que o século XIX avança, com movimentos de moralização de todas as camadas sociais e a separação de funções por sexo.

O modelo burguês de família acabou sendo incorporado por parte do proletariado. Um exemplo é o movimento dos homens operários para ter uma renda que permitisse sustentar a família sem que fosse necessário que

sua esposa tivesse trabalho remunerado e, com isso, permanecesse apenas no espaço doméstico (HALL, 2003). Assim, a família nuclear burguesa é considerada a principal instituição reguladora da sociedade, sendo incorporada nas diferentes classes, com sua estrutura sendo construída nas instâncias econômica, social e religiosa.

É apenas a partir dos anos 1960 que um novo período de transformações nas constituições familiares ganha forma, originando o que Roudinesco (2003, p. 19) chamou de ‘família contemporânea ou pós-moderna’. Essa família unia dois indivíduos em busca de relações íntimas, onde a “transmissão da autoridade vai se tornando cada vez mais problemática, à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam”.

No Brasil, a família nuclear burguesa se tornou referência tardiamente. Até o advento da república, o padrão familiar seguia modelos rurais, de ordem colonial, com a chamada família patriarcal brasileira (D’INCAO, 2001, p. 223).

Pessoas escravizadas estavam presentes no núcleo familiar, sendo responsáveis por tarefas íntimas desde a higiene à amamentação, fator que impossibilita o desenvolvimento da intimidade familiar (COSTA, 1979, p. 87). Nessa organização familiar patriarcal, havia pouca sociabilidade e hábitos como receber pessoas e famílias não eram costumeiros. Apenas aconteciam caso houvesse grande proximidade e só com a urbanização é que se iniciam mudanças nos ciclos de relacionamentos, oferecendo alternativas de convivência (COSTA, 1979).

Com a falta de intimidade familiar, relações de afeto, compreensão de individualidades e particularidades eram raras; é apenas com o desenvolvimento das famílias burguesas, com instrumentos de higienização, que as famílias se abrem para o convívio social e iniciam-se as relações de intimidade (COSTA, 1979).

De acordo com Ana Scott (2012, p. 15-16), “por muito tempo, os valores patriarcais [...] foram referência quando o assunto é família:

pressupunham a ideia de submissão de todos (parentes e/ou dependentes) que estivessem sob o poder do pater famílias.” Mulheres deviam obediência a uma figura masculina, primeiramente o pai, transferindo posteriormente essa autoridade ao marido, em um casamento monogâmico e indissolúvel. Os matrimônios tinham, por função, a propriedade e/ou trabalho; o amor não era incentivado, o sexo tinha por finalidade a reprodução e o desejo era proibido às mulheres (SCOTT, 2012).

Com a instalação da família burguesa como ideal e o desenvolvimento das cidades no século XIX, há uma influência no espaço doméstico (D’INCAO, 2001). A mulher passa a receber novos papéis, sendo considerada “rainha do lar”. A nova mulher não pode mais estar em uma casa com “criados”; a família burguesa deve ser composta pelo marido e pai dos filhos e a esposa/mãe, e deve ser apenas ela a responsável por governar a casa (CEREZER, 2009). Apesar desse modelo de família, nem todos os cidadãos puderam ou quiseram segui-lo. Torna-se importante enfatizar a sociedade desigual e diversa do Brasil, permeada pelas intersecções de raça e classe, sendo assim, nem todos os indivíduos puderam seguir a norma burguesa, mas, independentemente de seu alcance, a família burguesa tornou-se o novo parâmetro (SCOTT, 2012).

Esse novo arranjo familiar é composto por pai, mãe e filhos, com base no amor romântico. Crianças e jovens são entendidos como seres em desenvolvimento, mas as relações familiares continuam submetidas às diferenças de gênero — a mulher destinada ao mundo doméstico e o homem como provedor e chefe da família —, pautadas em dois pontos principais, a consanguinidade e a afetividade (AREND, 2017).

A discussão sobre família no Brasil encontra-se nas controvérsias das desigualdades. Para que a família burguesa obtivesse sucesso, era necessário que as classes populares fornecessem mão de obra, o que incluía mulheres e crianças. No início da industrialização no Brasil, em 1872, as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas; em 1950 esse número caiu para 20%. Entretanto, a diminuição da mão de obra feminina

se dá por diversos fatores, como o incentivo à permanência das mulheres operárias no lar e ao aumento de trabalhadores masculinos no início do século XX (SCOTT, 2012).

Com as mulheres das classes operárias mais restritas aos espaços privados, outra função era destinada a elas: criar o “trabalhador ideal”, um homem que fosse disciplinado e entendesse seu lugar. Na prática, mesmo com a saída das mulheres das fábricas, elas não deixam de combinar suas funções domésticas com atividades que pudessem gerar algum rendimento, auxiliando na garantia de condições mínimas para a família (SCOTT, 2012).

Para legitimar a extensão dessa norma social para todas as famílias no Brasil, a criação do Código Civil de 1916 se apresenta como um instrumento importante (AREND, 2017, p. 3), já que estipulava os deveres de todos os membros da família, enfatizando o lugar da mulher na sociedade.

As primeiras mudanças nas configurações familiares são percebidas nos anos 1960 na Europa, fruto de diversos movimentos sociais. Esses movimentos impulsionaram a evolução nos papéis desempenhados pelas mulheres, promovendo sua emancipação e seus direitos (AREND, 2013).

Nos anos 1960, e com o governo civil-militar que tomou o poder em 1964, novas configurações familiares começariam a ser visibilizadas no país. O Código Civil de 1916 foi reformulado em 1962, vindo a ser chamado de estatuto da mulher casada. Nele estavam contidos alguns direitos até então não permitidos às mulheres casadas, como o exercício da profissão e aos bens e valores oriundos desse trabalho, além de uma pequena abertura em relação aos direitos dos filhos. Cabe enfatizar que essa pequena abertura em relação aos direitos da mulher deu-se por uma necessidade da época, a inserção das mulheres no mercado de trabalho (AREND, 2017). A década foi também marcada pela difusão da pílula anticoncepcional, decisiva para mudanças na instituição familiar, pois foi com ela que ocorreu a separação efetiva entre reprodução e sexualidade.

Elza Berquó (1989) observou, entre as décadas de 1960 e 1980 e a partir de dados demográficos, que: a) as mulheres casavam-se em média com 22 anos, e o índice de celibato era de 8%, já os homens casavam-se por volta dos 25 anos e o índice de celibato era de 6%, e b) houve aumento da taxa de separação judicial, de 0,8% em 196; 1,7% em 1970 e 13,3% em 1985. Em razão do aumento das separações, houve aumento de famílias monoparentais. Destaca-se que o aumento foi no tipo de família “mãe e filhos”, que passou de 7,7% a 9,1% no período. Em 86% dos casos, a guarda dos filhos ficava com a mãe, e somado a isso existia uma maior incidência de viúvas entre as mulheres. Cresceu o número de coabitações, relações conjugais sem vínculo legal ou união consensual; cresceu o número de nascimentos fora do casamento. A autora apontou que a maternidade não estava ligada apenas à instituição familiar tradicional; a decisão de ter um filho podia ser tomada individualmente (BERQUÓ, 1989). Dessa forma, a autora apresenta uma discussão sobre as tendências demográficas para os próximos anos em decorrência das tecnologias reprodutivas, do aumento na expectativa de vida, da significativa ampliação no número de divórcios, dos movimentos feministas e das mudanças no papel da mulher, portanto, podemos esperar para o novo século uma pluralidade nos arranjos familiares.

É importante salientar que essas novas configurações só irão se consolidar no país nos anos 1980, junto aos movimentos de redemocratização, estudantis e feministas. Foi só na Constituição de 1988 que outros arranjos familiares passaram a ser entendidos como “famílias” perante a lei, um exemplo são as famílias monoparentais (AREND, 2013).

A Constituição de 1988 trouxe um novo olhar sobre os arranjos familiares: “o art. 226 declara a família como ‘base da sociedade’ e a define a partir do casamento, da união estável, ou da monoparentalidade” (GELINSKI; MOSER, 2015, p. 130). Além disso, é a partir dela que as políticas públicas ganham destaque por meio do tripé da seguridade social:

Saúde, Assistência Social e Previdência Social, garantindo direitos sociais à população.

O movimento de mulheres esteve presente durante a formulação e implementação da Constituição Federal em 1988, apresentando uma carta com propostas, tendo como temas a saúde, a família, o trabalho, a violência, a discriminação, a cultura e a propriedade à terra (FARAH, 2004).

Embora famílias monoparentais tenham sido legitimadas no Brasil com a Constituição de 1988, a problematização já acontecia em outros países. Em 1975, Andrée Michel, socióloga e feminista francesa propôs a noção de “família monoparental”, que serviu para designar, sem estigmatizar, um novo modelo familiar, acompanhada do termo “mãe solteira”. A família monoparental pode ser entendida como aquela em que o poder é exercido pela mulher-mãe, sendo a única figura de autoridade (WEISSMANN, 2015). Recentemente, a monoparentalidade passa a ser nomeada nos casos de divórcios e separações, como também nas situações de adoção por pessoas solteiras ou ainda nos casos de reprodução assistida independente. (BENATTI *et al.*, 2021).

A monoparentalidade pode ser definida de duas maneiras: simples ou extensa. Na monoparentalidade simples, o genitor reside apenas com seus filhos; a monoparentalidade extensa se refere a situações em que o genitor, geralmente a mãe, reside com seus filhos, coabitando com outros adultos, podendo estes serem parentes ou não (MOREIRA, 2013 *apud* BENATTI *et al.*, 2021).

De acordo com Leonardo e Morais (2017), o aumento das famílias monoparentais femininas possui grande concentração nas camadas populares, e a participação das mulheres no mercado de trabalho é uma exigência de sua condição de vulnerabilidade, pois o que motiva essas mulheres das camadas populares ao mercado de trabalho é principalmente a luta pelo sustento. Mas há outros elementos que constroem as experiências de famílias monoparentais, que têm a ver com noções de maternidade, mulher, feminidade, paternidade e afetos.

2 Os significados de maternidade, pais e afetos nos relatos

[...] Pra mim [ser mãe] é um desafio muito grande e exaustivo; é uma montanha-russa: ao mesmo tempo que tem momentos incríveis, tem momentos que você se arrepende até o último de ser mãe. É um desafio muito grande, é cansativo, e é uma responsabilidade muito grande. Você está formando, auxiliando a formar outro ser, outro ser humano (AZALEIA, 2021).

[...] Ah, ser mãe é bom... tem os dias que é bom, tem os dias estressantes, porque é só a gente, 24 horas com a criança. Tem dias que a gente tá com a cabeça bem cansada, sabe, porque é a gente pra tudo, é a gente pra limpar a casa, pra arrumar as coisa, pra arrumar a bagunça deles; tem dias que é cansativo o tal de ser mãe (ROSA, 2021).

Nesses relatos, duas mães constroem percepções semelhantes sobre a maternidade. A maternidade e o lugar ocupado por mães são enfatizadas da mesma forma por Jasmim (2021), de 36 anos, branca, mãe de um menino de cinco anos, de classe média. Para ela “é quase impossível ser mulher e ser mãe individualmente; você tem que ser mãe e o resto que dá pra fazer ao mesmo tempo, porque separar não dá”. E continua: “existem (homens) que não querem mulheres que têm filhos, existem muitos; existem aqueles que querem que você tenha disponibilidade para eles”.

Rosa (2021), negra, mãe de uma menina de 3 anos, relata as dificuldades em se relacionar: “É difícil. As minhas amigas que tinham criança já falavam, - Rosa, você vai ver um dia, não é fácil e não é fácil mesmo”.

Margarida (2021), branca, mãe de um adolescente que vive em cidade de pequeno porte e trabalha como enfermeira, e Hortência (2021), negra, mãe de dois meninos, um adulto e uma criança, morando em cidade de médio porte e trabalhando como vendedora, descrevem a maternidade segundo a construção do instinto materno, pautada nos estereótipos de gênero. Para Margarida (2021), “além de ser algo prazeroso, algo que desejei, é uma responsabilidade. E eu acho que é uma questão de realização como mulher. Para mim é algo que me faz ser importante”. Hortência (2021)

observa que, “pra mim, ser mãe me deixa muito feliz. É uma coisa que sempre quis. Quando eu era casada, e até meu marido saiu pra trabalhar muito de madrugada, eu passava o tempo sozinha. Falei pra ele que tomava remédio pra não engravidar e aí decidimos, planejamos. Porque eu preciso de uma companhia pra mim” (HORTÊNCIA, 2021).

Os estereótipos de gênero e a destinação das mulheres à maternidade encontram-se presentes nas narrativas. Hortência (2021) fala disso em seu desejo de ser mãe, na separação dos papéis segundo as esferas pública e privada. Ela teria por função engravidar, ficar em casa e zelar pelo filho, enquanto o marido sairia para prover a família. Os cuidados com uma criança começam a depender também da boa organização do lar, destacando o tempo dedicado à limpeza e à alimentação de todos os membros da casa.

Do universo de relatos, nas mulheres de classes sociais mais altas e maior escolarização percebe-se maior compreensão sobre a imposição da maternidade. Iris (2021), branca, 26 anos, mãe de um menino de quatro anos, afirma que a maternidade é uma construção diária:

É difícil falar sobre esse tema, também não acredito que o ser mãe começa aparecer na gestação e tudo mais, acredito que é algo muito subjetivo, um sentimento de cada mulher. E eu acredito que essa maternidade é algo que se constrói no dia a dia, sabe, então eu estou me descobrindo como mãe, desde o momento em que eu soube que ele estava aqui, e que vai se transformando a casa dia.

Já Calêndula (2021), 46 anos, branca, mãe de um adolescente, vivendo em uma cidade de pequeno porte, e com apenas ensino fundamental, coloca que a maternidade como único destino possível: “Desde menina a gente tem aquela vontade de ser mãe”.

Dessa forma, apesar das mudanças no papel desempenhado pelas mulheres, e um tímido movimento de divisão dos cuidados parentais, ainda existe o pensamento, tanto dos homens como das mulheres, de que cuidar da casa e dos filhos é dever delas e que a parte financeira é de responsabilidade

do homem, ou seja, segue a forma de pensamento de que a melhor pessoa para cuidar dos filhos é a própria mãe (ROCHA-COUTINHO, 2005).

Conforme Laqueur (2001), Mattar e Diniz (2012), a maternidade, que pode ser considerada compulsória, haja vista que aprisiona mulheres em seus próprios corpos, é regulada por diferentes instituições sociais como o Estado, a sociedade, a igreja e a ciência. Assim, ficaram aprisionadas ao papel materno durante vários séculos e ainda hoje tal experiência acaba sendo vivenciada como uma “identidade forçada”. Caso essa mulher negue esse lugar, é vista com receio.

Camélia (2022) e Margarida (2021) demonstram como a maternidade pode ser entendida como compulsória:

[...] E esse meu filho que eu tive por último, eu me relacionei com um, com ele, quando a minha terceira filha tinha 08 meses, por aí, foi uma relação bem estranha, ele é bem mais jovem que eu, na época a gente só ficava e tals, depois de um tempo eu engravidei, tive um problema lá, renal, eeee, acabou o efeito do anticoncepcional e acabei engravidando (CAMÉLIA, 2022).

[...] A mãe tem uma cobrança muito maior, pra que a mãe faça o papel, ué, tem a mãe, como que não vai fazer, agora pro pai ok, tudo bem, né, então isso voltou bastante assim pra mim essa (MARGARIDA, 2021).

Camélia (2022), mãe de quatro filhos, descreve a dificuldade em ocupar o lugar materno. A historiadora Elisabeth Badinter (1985, p. 16) apresenta uma reflexão importante sobre o ideal materno:

Quanto a mim, estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode "maternar" uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus "deveres maternais". A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe.

Os relatos podem ser aproximados às observações tecidas por Badinter (1985), quando trabalhou com a multiplicidade dos papéis de mães. Orquídea (2021), 36 anos, negra, deficiente, mãe de duas meninas, narra a impossibilidade de dedicar-se a si mesma:

Olha, eu vou falar bem a verdade, cuidar de mim, cuidar, cuidar, não tenho tempo, porque a minha menina, ela, ela exige bastante de mim, apesar dela ser bem independente e tudo, mas ela exige bastante (só um minutinho, pega, filha, pega, já pedi para vocês, respeito aí). Então, assim, é médico praticamente a semana inteira com ela, então, assim, se eu for parar assim, hoje eu vou fazer uma hidratação no cabelo, eu tenho que pensar, mas eu tenho que, será que eu vou ter tempo, será que vai ter água, fazer uma sobancelha, ir no cabeleireiro, enfim, coisas assim, ultimamente não tenho tido tempo para nada.

Azaleia (2021), branca, mãe de um menino de quatro anos, também relata não conseguir vivenciar momentos em que se pode separar um pouco da ideia de mãe:

Algo bastante difícil de perceber, talvez se tivesse minha família aqui por perto, uma rede de apoio, eu acabava pensando mais isso, por eu estar sempre só eu e ele, só eu e ele, não tem muita gente com quem contar, a babá é durante o dia, então não consigo nem ter muito planos.

A maternidade é também ancorada em uma sociedade que legitima algumas maternidades e discrimina outras, segundo pirâmides de hierarquias reprodutivas. Isso pode ser reafirmado pela narrativa de Orquídea (2021):

Ser mãe é complicado. No meu caso, negra e deficiente, tenho uma filha que é deficiente intelectual, e a sociedade não acolhe muito a gente. As pessoas que ajudam não são obrigadas. Teria que ser um apoio do pai, mas o pai simplesmente não faz nada.

Quando raça e classe de mesclam na constituição e vivência de famílias monoparentais, Camélia (2022) relata que é vítima de preconceito. Em suas narrativas, as “mulheres/mães” descreveram a maternidade sem enfatizar a monoparentalidade, expondo que, antes de tudo, colocam-se no lugar de mães, independentemente da composição familiar. Quando questionadas sobre a monoparentalidade, descrevem esse momento de maneira simples e direta, afirmando que a única opção seria assumir e seguir com a maternidade independente do lugar paterno (MARGARIDA, 2021; BEGÔNIA, 2021; ORQUÍDEA, 2021; AZALEIA, 2021; JASMIN, 2021).

Na fala das entrevistadas, nota-se que, independentemente do lugar paterno, precisavam seguir em frente e assumir a maternidade sem titubear, sem questionar, apenas seguir, como afirmado por Orquídea (2021): “Vim cuidar dela sozinha e como eu cuido até hoje”.

Chegamos, nesse sentido, ao tema da paternidade. Com base nas histórias narradas dividimos os pais de seus filhos em três categorias: nenhuma responsabilidade afetiva e financeira; pouca responsabilidade afetiva e financeira; e responsável afetiva e financeiramente.

De acordo com os relatos das participantes, descreveu-se como nenhuma responsabilidade afetiva e financeira uma ausência total da participação da vida dos filhos, como, por exemplo, o não registro de nascimento, o não pagamento de pensão e nenhuma forma de contato. Margarida (2021) descreve que o pai do seu filho não tem nenhum vínculo afetivo com o menino:

Hoje não tem nenhuma participação dele, absolutamente nada, nem afetiva nem financeira. [...] ele registrou, mas foi barra para registrar. Ele não queria, negou-se a registrar. A partir do momento que eu queria colocar o meu sobrenome, aí falou que só registrava se fosse só o sobrenome dele. Ficou só o sobrenome dele, porque na época, para mim, ser mãe solteira seria algo ruim. Mas já sou, não mudou em nada. Achei que isso era importante para ele, então eu resolvi aceitar (MARGARIDA, 2021).

Margarida se refere à situação em que o pai encontra esporadicamente seu filho, assim como são esporádicos os pagamentos de pensão. A situação é vivenciada igualmente por Camélia (2022):

O pai das minhas mais velhas agora se tornou presente, assim, ele conversa mais com elas, vê elas mais, até porque como elas estão grandes, elas vão, elas vão e procuram ele, se elas quiserem ver ele, elas vão até ele, mas quando elas eram pequenininhas não tinham não, era uma luta pra ele poder ficar com elas pra mim, era bem difícil.

Responsabilidade afetiva e financeira são entendidas como o contato diário com os filhos além da divisão das responsabilidades financeiras e de cuidado. Essa descrição é presente na narrativa de Iris (2022):

Eu preferia criar sozinha do que meu filho ter um pai, saber que ele está ali, querendo ele, mas o pai não ter essa responsabilidade afetiva. Então o Diego sempre foi extremamente responsável afetivamente, financeiramente, nas questões dos cuidados, tanto com o G. quanto comigo, e continua sendo. Então eu considero isso perfeito para criação e formação do G. (IRIS, 2022).

Contra-pondo-se à centralidade da paternidade, as participantes descrevem o lugar paterno com sentimentos de abandono e ausência, expressando a dificuldade de serem as únicas responsáveis pelos filhos. Assim é que, para Camélia (2022):

Ele nunca ajudou, porque a gente nunca chegou a morar junto. Ele sempre enrolava, falava que a gente ia morar junto. Enfim, também a mãe dele nunca quis que a gente se casasse. Eu não tive essa parte com ele, de morar junto, de cuidar junto; não, ele nunca teve esse tipo de presença, a gente namorava, eu tive o filho, ele ia visitar, e ficava lá meia hora, uma hora, e ia embora fazer a coisa dele, da vida dele.

O relato de Camélia (2022) demonstra como aos homens é legitimada a ausência e o abandono, enfatizando o fato do homem poder “fazer as coisas dele”, separando-se do lugar paterno.

Na fala de Calêndula (2022), mãe de um adolescente, a naturalização dessa percepção do pai-provedor se apresenta da seguinte forma:

Se não fosse ele me ajudar, como ele me ajudou, não está assim 24 horas, como muitos pais estão, se não fosse ele me ajudar, eu já tinha, tinha ido pro interior, alguma coisa assim, porque eu não ia conseguir viver na cidade com o piá, ele sempre pagou aluguel pra mim aqui, agora, agora não, já faz o que, mais de 10 anos que ele comprou aqui pra nós, então ele me ajudou bastante, eu não posso falar dele.

Na narrativa de Calêndula (2022) está presente a naturalização do papel do homem como provedor, tendo ela que ficar satisfeita por ele ser responsável financeiramente. Outro exemplo refere às famílias das camadas populares. Quando o homem não tem condição de arcar financeiramente com as despesas familiares, afasta-se do convívio, muitas vezes negando a

paternidade (FONSECA, 2004). Essa situação é visualizada no relato de Orquídea (2021).

A noção de cuidado direcionada às mulheres é presente nas narrativas das entrevistadas, como na fala de Begônia (2022), que considera que o pai não seria uma pessoa adequada para realizar os cuidados com seus filhos:

Eu até cheguei a ir na Unicentro³ pra procurar advogado pra pedir pensão, mas pensei melhor e acabei desistindo, né, por ele ter direito de levar os piás pra ficar com ele e esse foi meu medo de tirar eles pra viajar, ter direito a conviver, eu não confio assim, a gente não sabe se vai cuidar mesmo, né.

Outra narrativa é a constatação de Orquídea, que expõe como as mulheres são julgadas socialmente quando destinam o cuidado de seus filhos a outras pessoas, ou mesmo ao pai: “Se uma mãe abre a boca para dizer ‘aí, eu vou deixar o filho com o pai’, ela extremamente julgada, agora se um pai simplesmente abandona, ninguém fala nada”. (Orquídea, 2021).

As narrativas das entrevistadas demonstram como as construções históricas sobre as diferenças de gênero ainda encontram base sólida em nossa sociedade, responsabilizando as mulheres pelos filhos e isentando os homens de ocupar um lugar de cuidado e pai responsável. Isso pode ser identificado na fala de Iris (2022) sobre a divisão dos cuidados:

Tem muita gente assim que fala, no início, quando eu separei dele, eu falei, não, o Gabriel vai ficar meia semana com o pai, meia semana comigo, como que você consegue deixá teu filho com o pai dele tanto tempo, será que o pai dele vai cuidar dele mesmo, como que você uma coisa de outro mundo o pai dele estar fazendo isso. Como se a gente nascesse assim, com um dom supremo pra cuidar de uma criança, e homem não (IRIS, 2022).

A divisão dos cuidados em relação aos filhos é um movimento contemporâneo, sendo o homem, nesse contexto, denominado de “novo pai”, porém, é processo que ainda avança timidamente. Os dados levantados na

³ No Paraná, o sistema de justiça mantém projetos de atendimento jurídico para populações vulneráveis a partir da instalação do programa Patronato e do Núcleo Maria da Penha, que são executados nas sete universidades estaduais espalhadas pelas diferentes regiões do estado.

pesquisa demonstram que majoritariamente os pais eximem-se de exercer a função paterna e, diante disso, há diversos processos judiciais.

Os processos judicializados, como reconhecimento de paternidade, guarda e solicitação de pensão alimentícia, estão cada dia mais presentes na sociedade. Claudia Fonseca (2004) apresenta um trabalho importante sobre a temática, mostrando principalmente as controvérsias dos testes de DNA. De acordo com a autora há um aumento no número de testes de DNA em todo o Brasil. São mulheres de diferentes classes sociais solicitando investigação de paternidade, com objetivo de garantir direito para seus filhos. Apesar do objetivo do exame ser o reconhecimento da paternidade, efetivamente o teste não garante a responsabilização do pai com essa função (FONSECA, 2004).

Segundo Fonseca (2004), mesmo quando os casos chegam à Vara da Família e o nome do pai é colocado na certidão de nascimento, isso não garante que o mesmo exerça uma responsabilidade afetiva e financeira. Cabe destacar que a autora não exclui a importância dos processos de reconhecimento de paternidade, mas aponta que a construção da paternidade envolve diferentes processos sociais, entre eles a construção da dicotomia dos papéis de gênero, a naturalização da maternidade destinada às mulheres, a vulnerabilidade social, a reestruturação produtiva e o aumento do desemprego (FONSECA, 2004).

Azaleia (2021) fala sobre a não responsabilidade paterna, demonstrando como a paternidade e sua ausência precisam ser problematizadas:

Eu acho que, assim, não entra na minha cabeça a ideia que você é pai e simplesmente nega a existência do outro ser ali, então durante muito tempo isso era muito pesado pra mim, era muito assim, acho que foi ali o primeiro, segundo ano do F. que isso me causava, me trazia muita ira assim, muita revoltada, principalmente naquelas noites assim de acordar várias vezes à noite que tava doente.

Orquídea (2021) afirma:

Se a justiça assim se fizesse valer mesmo, né, o que tá ali na Constituição, com certeza muitas muito desses processos já teriam sido desenroladas, porque eles só fazem isso porque a justiça tá simplesmente não está nem aí, praticamente cega, aí tem gente que fala, mas a única coisa que dá cadeia no Brasil é pensão, eu acredito que dá cadeia para tipo assim, para quem tem dinheiro realmente, porque a hora que eles veem o bicho pegando eles vão lá e dão um jeito de pagar, mas nós que ele não temos nada, não temos perspectiva.

Camélia (2022) relata que:

A parte financeira foi difícil, o pai das minhas filhas mais velhas, se eu pedisse dinheiro, meu Deus do céu, ah, porque eu quero sair, porque quero gastar com macho, aquela ladainha que homem sem vergonha fala, hoje em dia ele não faz mais isso, porque eu falei que iria processar ele, né, daí ele nunca mais falou, depois que eu fiquei louca, ele nunca mais falou.

Amarílis (2022) relata essa dificuldade sobre a pensão alimentícia, enfatizando os processos judicializados. A demora nos processos de alimentos e as dificuldades vivenciadas diante disso são presentes na fala das participantes. Azaleia (2021) lembra que ainda aguarda o reconhecimento de paternidade, processo encaminhado para a Justiça há mais de quatro anos. O relato de Azaleia evidencia a não priorização da criança e do adolescente, apesar da ênfase da doutrina da priorização integral presente no ECA. Santos (2021), defensor público, afirma que sua experiência enquanto defensor observa que as mulheres apenas procuram ajuizar ações de alimentos após diversas tentativas de acordos informais com o pai da criança.

Um último tópico endereçado pelos relatos diz respeito a relações sociais e afetivas de mulheres que chefiam famílias monoparentais no interior do Paraná. Nesse sentido, o relato de Camélia (2022) aponta para o seguinte:

Quando eu engravidei, não tinha pra onde ir, eu achei que ele (pai da entrevistada) ia ser o primeiro a me expulsar de casa, mas eu tive essa rede de apoio, da parte dele, porque minha mãe ficou bem abalada, ficou com vergonha, e tals, então ela me ajudou, assim, porque sabia que não

tinha pra onde eu ir, vamos dizer assim, por mais que seja contra a vontade dela, sempre né, eu vi como uma rede de apoio, realmente ela me ajudou bastante, depois que ela separou do meu pai também, a gente, sempre morei com ela, eu trabalhava, ajudava ela, ajudava a pagar conta e ela me ajudava com as minhas filhas às vezes, ficava com elas às vezes pra mim trabalhar, ficava com elas no final de semana pra mim poder trabalhar, então essa rede de apoio eu sempre tive por parte da minha mãe. Mesmo sendo julgada na época, bastante julgada, é, eu tive apoio, vamos dizer assim, dá com uma mão e tira com a outra, mas eu tive assim, não posso ser ingrata também, foi o que me ajudou, porque se eu não tivesse esse apoio também, apoio mesmo que forçado, é, eu sei lá, eu teria ido pra rua, teria largado meus filhos com os pais e seguido minha vida, né.

Camélia (2022) engravidou cedo, ainda na adolescência, e precisou do apoio dos familiares para realizar o cuidado das filhas e filhos. Como o relato de Camélia (2022) apresenta, o apoio que recebeu era ambivalente; era oferecido a ela apenas o necessário para poder trabalhar. A história de Camélia é presente na fala da maioria das entrevistadas, uma rede de apoio existente, às vezes rasa, às vezes julgadora, às vezes pouco eficaz, ainda assim importante e/ou necessária.

As redes de apoio são pensadas como redes de relações, representadas pela família, escola, comunidade, trabalho, entre outras. As relações sociais entre as pessoas são ferramentas de suporte e apoio frente aos momentos de crise ou fases do desenvolvimento humano (nascimento de filhos, filhos pequenos, adolescência, velhice). Os seres humanos são sujeitos sociais e para seu desenvolvimento saudável necessitam de interações sociais (BRITO; KOLLER, 1999).

Dessa forma, nas relações de apoio há uma influência direta na forma como as pessoas se desenvolvem, e a qualidade dessas relações é um determinante positivo ou negativo na qualidade de sua saúde física e emocional. As relações que possuem laços sociais duradouros apresentam sua importância, pois atravessam os diversos momentos de crise e mudança do indivíduo, tornando-se um pilar para sua superação.

A eficácia de uma rede de apoio é visualizada em suas estratégias e interferência em momentos de crise, sendo uma forma de prevenção e

redução de sintomas psicopatológicos, como depressão e sentimento de desamparo. Avaliar uma rede de apoio requer olhar para seu desenvolvimento e as diferentes situações que ocorreram ao longo dos anos. Um indivíduo sem uma rede de apoio apresenta um aumento das vulnerabilidades individuais e sociais (BRONFENBRENNER, 1996).

Um exemplo desses sentimentos é descrito por Azaleia (2021), que reside sozinha em uma cidade de grande porte, sem rede de apoio:

Eu acho que é uma situação de desamparo, acho que é isso, que acaba predominando mais, um desamparo bem grande, assim, sempre ter que estar, até um dia alguém falou, mas que babá é essa, arrume uma babá de verdade, tem custo envolvido nisso, uma babá que fique mais tempo e também não é fácil de conseguir, então, éééé, é uma sensação de não liberdade, é um de desamparo, esses são os sentimentos.

O relato de Azaleia (2021) mostra experiências que se aproximam dos apontamentos criados por Bronfenbrenner (1996), quando discutiu o aumento dos sentimentos de desamparo frente a experiências individuais sem uma rede de apoio. O autor também descreve a vivência de sintomas depressivos, presentes na fala de Azaleia (2021):

Me deu uma crise, entrei em desespero, como que eu vou fazer pra ir no banheiro, que daí já estava vivenciando aquela coisa, ele não parava de chorar, ele não dormia de dia, só se estivesse no meu colo, e aí que eu me dei conta que ele ia vim pra cá e ia ser mega puxado, um desafio imenso, tanto que eu vim no carro, na viagem, me segurava pra não chorar, me segurava, foi ali que eu me dei conta, eu estou sozinha.

Na narrativa de Azaleia é expressiva a temática, principalmente pelo fato da não existência de rede de apoio, situação que torna a experiência da maternidade ainda mais difícil.

A maior dificuldade pra mim é o cansaço mesmo, de não ter com quem dividir, assim, de aaah, minhas limitações, maiores dificuldade, físicas né, e psicológica, por não ter uma rede de apoio mesmo, sejam mais, não

tenho tempo para, eu estou cansada e não consigo escoar aquela agitação, aquele, eu tenho que continuar, estando irritada ou não.

Maria Cristina Carvalho Juliano e Maria Ângela Mattar Yunes problematizam como as redes de apoio social se organizam, de acordo com elas:

Construir e consolidar redes são processos intimamente ligados à convivência. Conviver com outros seres humanos, significa interagir de forma recíproca, a partir de trocas, principalmente afetivas, que possibilitam o desenvolvimento na diversidade de papéis, alteração e equilíbrio de poder, conjugação de olhares, contato físico, respeito mútuo, entre outros elementos a depender da situação (JULIANO; YUNES, 2014, p. 2014).

A citação nos apresenta a importância dos laços relacionais e do respeito nas redes de apoio social, porém, percebe-se na fala das entrevistadas que nem sempre a rede de apoio existente é uma rede respeitosa e disponível. Como na fala de Jasmim (2021), mãe de um menino de 6 anos, que diz não conseguir ver sua rede sólida e eficaz:

Minha mãe é minha rede de apoio e quando eu não tenho minha mãe às vezes eu tenho o meu pai, minha mãe todo dia ela tem uma coisa, ela tem massagem, ela tem pilates, ela tem balada da noite das amiga, então ela tem uma noite livre, que geralmente ela dorme com o A. 1 vez por semana, porque ela gosta, não porque eu preciso, se eu precisar que seja no dia do pilates ela leva o A. pro pilates com ela, então eu não vejo que ela tá disponível pra me ajudá.

Contrapondo-se às histórias de Azaleia (2021) e Jasmim (2021), a narrativa de Margarida (2021) descreve como a rede de apoio foi indispensável para seu desenvolvimento e para o exercício da maternidade.

É importante dizer que Azaleia (2021), Margarida (2021) e Jasmim (2021) fazem parte da mesma classe social, as três entrevistadas possuem nível superior, o que possibilita outras alternativas, como pagar por serviços de babá ou escolas integrais particulares, porém, apesar da existência de outras possibilidades, ainda vivenciam dificuldades particulares, como o discurso de Azaleia, onde ela aponta as limitações de uma babá com um

preço razoável, ou ainda a situação narrada por Jasmim (2021), “a pensão do A. é 700,00 reais, o gasto com a escola é 1200 fixos fora o material, então o 700 não cobre nada, mais o dinheiro que eu ganho mal dá pra gente viver, minha mãe ainda paga o aluguel, tipo dinheiro nunca tem, vivo zerado no vermelho toda semana todo mês no vermelho”. Jasmim trabalha em uma cidade vizinha e necessita deixar seu filho na escola em período integral.

Os relatos das entrevistadas demonstram as dificuldades vivenciadas por elas em uma maternidade solo, em que são responsáveis pelos cuidados com os filhos de maneira exclusiva, além de prover as despesas financeiras. Com isso, as escolas e as babás são encaradas como uma rede de apoio. De acordo com Menezes (2017), as redes de apoio não se restringem aos familiares, mas também a vizinhos, comunidades, equipamentos sociais e espaços de trabalho, as redes de apoio são uma estratégia para o bom funcionamento familiar, possibilitando às mães outras vivências além da maternidade.

Orquídea (2021) relata que, além das redes sociais familiares, as políticas públicas são importantes para que ela possa cuidar de suas filhas e dela mesma. Suas filhas continuam estudando em período integral, em instituições públicas, porém, relata as dificuldades de acesso:

A grande eu lutei bastante, teve intervenção do Conselho Tutelar, daí eu consegui mais rapidamente né, ela já estava com quase um ano quando ela foi para creche, aí a pequena ela demorou mais ou menos o mesmo tanto, mas é porque assim, daí quando eu voltei de licença-maternidade já estava entrando as férias, mas daí assim que já tava terminando as férias, elas já entraram contato para matricular ela também.

A história de Orquídea demonstra como as relações de apoio devem ser olhadas de forma ampla, assim como as políticas públicas também podem ser vistas como uma rede de apoio, atuando como suporte para as famílias monoparentais.

Hortência (2021) descreve as limitações das políticas de transferência de renda de maneira isolada: “Eu com o E. não tinha ninguém pra ficar com

ele; falei: prefiro ficar remando com o dinheirinho de pensão, com os dinheiros do governo, mas não deixo meu filho com qualquer um” (HORTÊNCIA, 2022).

Com o cuidado exclusivo e as redes de apoio frágeis, as mulheres que cuidam de seus filhos sozinhas acabam ficando com poucas alternativas para poder inserir-se no mercado de trabalho, pois precisam terceirizar o cuidado para outras pessoas ou instituições, porém nem sempre se sentem seguras a fazê-lo.

Camélia (2022) descreve a sobrecarga vivenciada em desenvolver todas as funções destinadas a ela:

O maior desafio é criar. Criar ali, sustentar, ter como manter o pão de cada dia, porque eu não tive ajuda paterna, minha ajuda paterna assim, minha mãe e meu pai me ajudou bastante, até eu ir morar sozinha, eles me ajudaram bastante assim, sabe, mas, é, em relação ao cuidado, era tudo eu, eu levava pra escola, eu levava pra creche, era uma correria, minha vida sempre foi uma correria, chegava do serviço, logo ia buscar um, ia buscar outro, então eu nunca tive apoio assim, nem por parte de vó paterna, nem do pai. Ele só pagava pensão porque era obrigado pela Justiça, então isso foi muito desafio.

Dessa forma, pensando nas mulheres que cuidam de seus filhos sozinhas, torna-se necessário, cada vez mais, pensar na elaboração de políticas públicas específicas, destacando as políticas públicas de cuidado. Estas podem ser pensadas como uma maneira de reduzir as desigualdades de gênero e a sobrecarga das mulheres com o cuidado com crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos. “Um importante desafio das sociedades deste século é compreender as mudanças da dinâmica familiar e agir para prevenir e proteger seus membros, adaptando políticas sociais aos novos papéis exercidos pelas mulheres” (ZOLA, 2015, p. 81).

Azaleia (2021) descreve o momento, pós-pandemia, em que seu filho retornou para a creche:

Eu também consigo ficar tranquila porque eu sei que ele está lá se divertindo e ok então, não fico com peso na consciência de, vou pra casa pra ir dormir, pra ir tomar um café com alguém, ok, ele está lá na creche, está legal, então é algo que me ajuda bastante.

O discurso de Azaleia narra as necessidades básicas que muitas vezes as mulheres/mães não conseguem vivenciar em decorrência da sobrecarga com as funções maternas e profissionais, como dormir, sair com alguém ou descansar; dessa forma, os serviços públicos, os equipamentos, as políticas públicas pensadas para as famílias e as crianças possibilitam autonomia para as mulheres, podendo, com isso, afastar-se da maternidade temporariamente e exercer também outras funções.

3 Por dentro das narrativas

As histórias narradas permitem refletir sobre lutas, conquistas, avanços ou estagnações que habitam o cotidiano de mulheres que chefiam famílias monoparentais. A fim de que mulheres conseguissem transpor esse lugar materno, alguns movimentos fizeram-se necessários, por exemplo, os movimentos feministas. Uma das primeiras autoras feministas a apresentar essa necessidade foi Betty Friedman, ao defender a necessidade de homens e mulheres partilharem os cuidados com os filhos, exercendo essa função de maneira igualitária (MATTAR E DINIZ, 2012).

Partindo desse lugar de igualdade entre os sexos e da necessidade de que o cuidado e a reprodução sejam pensados como função de dois sujeitos responsáveis pela criança, inicia-se um movimento internacional de reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, destacando os direitos reprodutivos (MATTAR; DINIZ, 2012).

A fim de que as mulheres pudessem ter o mínimo de direito sobre seus próprios corpos, diversas convenções internacionais ocorreram, como foi o caso da I Conferência Internacional dos Direitos Humanos, de 1968. É apenas em 1994, no programa de ação de Cairo, que os direitos reprodutivos são declarados (MATTAR; DINIZ, 2012, p. 110).

Ainda hoje, contudo, os corpos das mulheres são regulados pelo Estado e principalmente pela Igreja (MATTAR; DINIZ, 2012). As autoras destacam que “faz-se necessário criar condições para que a maternidade seja exercida em um contexto de direitos humanos, isto é, para que ela seja voluntária, segura, socialmente amparada e prazerosa, promovendo assim a igualdade de gênero” (MATTAR; DINIZ, 2012, p. 111).

Contraopondo-se às imposições sociais, Marília Pinto de Carvalho (1999) apresenta uma crítica à naturalização do cuidado. Para Lyra *et al.*, 2018, p. 102), “abrangemos o aspecto relacional com o mundo para além do aspecto relacional entre homens e mulheres; mantemos relação de cuidado diariamente com objetivos, plantas, animais e pessoas”. As relações de cuidado encontram-se presentes em diversas situações, como na execução de trabalhos, prestação de serviços e sentimentos, ou seja, o conceito de cuidado necessita se descolar do que se construiu por ser mulher.

Dessa forma, as novas discussões baseadas na perspectiva de gênero, como também as teorias feministas, têm possibilitado movimentos que estão rompendo com os padrões postos, possibilitando uma quebra na dicotomia mulher-cuidado e homem-provedor-líder; com isso, abre-se espaços para que o cuidado comece a fazer parte da vivência do homem (LYRA *et al.*, 2015).

Considerações finais

Dados nacionais demonstram aumento do número de famílias monoparentais no Brasil nas décadas recentes. O aumento da monoparentalidade se deve a vários fatores, como as constantes transformações no papel da mulher, fruto da aquisição dos direitos sociais e reprodutivos, e, com isso, uma diversidade nas configurações familiares.

As mulheres, ao ocupar o lugar materno de forma exclusiva e solitária, acabam muitas vezes tendo que renunciar a outros lugares, em decorrência dos papéis de gênero socialmente construídos. É diante desse

fato que essa pesquisa se propôs a estudar, ouvir, aprender, conhecer e ler sobre essas mulheres, mulheres que compõem uma família monoparental, sem divisão de responsabilidades com a parte paterna, sem apoio financeiro, com redes de apoio frágeis, sem políticas públicas exclusivas, e até mesmo sem dados estatísticos amplos e diversos sobre suas realidades.

Nas entrevistas realizadas, as narrativas demonstram as desigualdades vivenciadas pelas mulheres no exercício da maternidade solo, sendo entendida como uma maternidade subalterna; destaca-se também o relato das mulheres negras, que trazem a existência do preconceito sobre elas na sociedade.

Ainda sobre as mulheres negras que desempenham esse papel, frisa-se que poucos trabalhos pesquisados destacam, ou mesmo citam, as problemáticas referentes às questões de raça, porém, de acordo com os dados, um número expressivo de famílias monoparentais femininas e mulheres chefes de famílias são negras.

Com a análise das entrevistas, percebe-se que é a partir dessa construção social da maternidade que as mulheres/mães em famílias monoparentais acabam sendo destinadas ao cuidado integral e exclusivo com os filhos. A determinação biológica e a destinação das mulheres à maternidade como único destino possível, pautado no instinto materno, prevalece vivo e forte nos dias atuais. Essa afirmação é visualizada quando majoritariamente as famílias monoparentais são femininas; além disso, no relato das entrevistadas desta pesquisa, a responsabilização sobre o cuidado com os filhos e o exercício da maternidade como único destino possível se destaca.

Na análise sobre a responsabilidade paterna e relações sociais e afetivas evidencia-se que o cuidado é direcionado às mulheres, sendo os outros pares vistos como ajudantes, apoio, redes, mas não no lugar de responsabilidade. Ao pai, é permitida socialmente sua ausência. Essa “permissão” é presente no discurso das entrevistadas, como a longa espera judicial para a regularização da guarda, pensão e visitas ou, em outros

casos, a ausência total do lugar paterno. Isso se destaca quando mais de 5,5 milhões de crianças no Brasil não têm o pai na certidão de nascimento.

Sobre as redes de apoio e relações afetivas, diante da construção social da maternidade e o dever do cuidado destinados à figura materna, nota-se a existência de redes de apoio frágeis e fragmentadas, geralmente relacionadas a questões essenciais, como a necessidade do trabalho, porém, o direito ao lazer não é permitido. Além disso, nas redes de apoio, trazemos também as questões referentes à responsabilidade do Estado; percebe-se no relato das entrevistadas a necessidade de políticas públicas, destacando as políticas públicas de educação, como escolas em tempo integral. Cabe lembrar que políticas públicas específicas para esse público são praticamente inexistentes ou de difícil acesso.

Portanto, com base nas análises das categorias, pode-se afirmar que as mulheres/mães em famílias monoparentais vivenciam diversas dificuldades e desafios no exercício da maternidade, apesar dos momentos de satisfação e afeto; em suas narrativas destaca-se a complexidade das situações, como prover financeiramente, a realização do cuidado (alimentação, saúde, escola), as divisões sobre a vida profissional e pessoal, os empecilhos para relacionar-se ou mesmo ter momentos individuais de lazer.

Referências

ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2012.

AREND, S. M. F. Ainda vivemos como nossos pais? *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 21, p. 144-164, 2013.

AREND, S. M. F. Legislação brasileira, família e relações de gênero: entre diálogos e desigualdades (1962-1996). VIII Congresso Iberoamericano de Estudios de Género. *Anais*, 2017.

ARIAS Neto, J. M. Sob o signo de Clio: historiográfica, política e história oral. In: SEBRIAN, R. N. N. *et al.* (orgs.) *Perspectivas historiográficas*. Campinas: Pontes, 2010.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENATTI, A. P. *et al.* Famílias monoparentais: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, 1 (n.spe 3), e209634,1-14, 2021.

BERQUÓ, E. A família no Século XXI: um enfoque demográfico. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 62, n. 2, p. 1-16, 1989.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Redes de apoio social e afetivo e desenvolvimento. In: CARVALHO, A. M. (Org.) *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, p. 115-130.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. Significados de paternidade em famílias monoparentais femininas. *Revista Psicologia em Pesquisa*, v. 10, n. 2, 21 dez. 2016.
FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas. Rev. Estudos Feministas*, v. 12, v. 1, p. 47-71, 2004.

FONSECA, C. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. *Rev. Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 13-34, 2004.

GELINSKI, C. R. O. G.; MOSER, L. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, R. C. T. *et al.* (Org.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

HALL, C. Sweet Home. In: PERROT, M. (Org.) *História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística de Gênero. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-15,-16,53,54,55,-17,-18,128&ind=4704>. Acesso em: 8 jun. 2021.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. Â. M. Reflexões sobre rede de apoio como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade*, v. XVII, n. 3, p. 135-154, 2014.

LAQUEUR, T. W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEONARDO, F. A. M.; MORAIS, A. G. L. de. Família monoparental feminina: A mulher como chefe de família. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, v. 3, n. 1, p. 11-22, 2017.

LYRA, J. *et al.* Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). *Família, redes, laços e políticas públicas*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 91-106.

MATTAR, L. D.; DINIZ, C. S. G. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 40, p. 107-120, 2012.

MENEZES, M. R. de. *Um estudo sobre famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social*. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, M. (Org.) *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Proj. História*, v. 15, p. 13-49, 1997.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTOS, B. A. A defensoria pública como espaço de reflexão e análise das questões de gênero no direito das famílias. *Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião*, v. 5, n. 2, p. 115-119, 2021.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, A. S. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, C. B.; VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

ZANELLO, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

ZOLA, M. B. Políticas Sociais, família e proteção social: Um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países. In: MIOTO, R. C. T. *et al.* (orgs.) *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

Recebido em janeiro de 2023.
Aprovado em agosto de 2023.